

## Relações Brasil-Paraguai: novas tensões e direito internacional

*Marcos Lobato Martins<sup>1</sup>*

Nos últimos meses, as relações bilaterais e regionais do Brasil freqüentaram os noticiários da imprensa. Grande destaque foi dado ao acúmulo de tensões entre o país e vizinhos como a Bolívia e a Venezuela, além dos impactos negativos de medidas do governo argentino sobre a situação do abastecimento interno de *commodities*, especialmente o trigo. Também se discutiu muito a intervenção brasileira nos episódios envolvendo as FARC e os governos da Colômbia, Equador e Venezuela, bem como as iniciativas de ampliar a cooperação sul-americana patrocinadas pela Chancelaria brasileira. Se os rumos do Mercosul estão postos em plano secundário, no noticiário corrente, as perspectivas de novas e agudas tensões com os vizinhos ocupam bom espaço na mídia. Algo relativamente inusitado na história do país, que sempre se caracterizou pela atenção diminuta dedicada aos temas de política externa, o que se explica, pelo menos em parte, pelo gigantismo do Brasil e pelas urgências dos problemas relacionados à construção interna da economia e das instituições.

Este pequeno trabalho tem objetivos modestos. Em primeiro lugar, analisar o novo cenário das relações Brasil-Paraguai, decorrente da última campanha presidencial no país vizinho e de seu desfecho: a eleição do líder popular e nacionalista, o ex-bispo Fernando Lugo. Em segundo lugar, discutir os possíveis modos de encaminhamento das tensões que já surgiram em razão das novas pretensões do governo do país vizinho, tanto no plano das relações internacionais quanto na esfera do direito internacional. O que se quer é ressaltar que o Brasil, na condição de maior país sul-americano e de economia cada vez mais poderosa no cenário internacional, terá que se acostumar a conviver com alternativas entre fases de maior cooperação e fases de conflito no subcontinente. O que obrigará o Brasil a ampliar os recursos disponíveis para enfrentar as pressões externas que tendem a se acumular.

### **1. O Cenário histórico: da Maldita Guerra ao Mercosul**

A história das relações do Brasil com o Paraguai é marcada pelos desdobramentos da Guerra do Paraguai, o maior conflito armado da América Latina, ocorrido na década de 1860. Nessa conflagração, que o Duque de Caxias chamou, em ofício dirigido ao Marquês de Paranaguá em 1867, de “maldita guerra”, o resultado para o

---

<sup>1</sup> - Professor das Faculdades Pedro Leopoldo. Doutor em História Econômica pela USP.

Paraguai foi trágico: enormes perdas territoriais e dizimação de metade de sua população. Terminada a guerra, o Paraguai viveu praticamente como protetorado brasileiro até 1878.

Assunção, a capital paraguaia, foi ocupada por tropas brasileiras e José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, passou a exercer o governo de fato do vizinho e a tentar reorganizar o espaço paraguaio, fazendo valer os interesses brasileiros contra os interesses argentinos nas negociações de paz. O Brasil preocupava-se, então, com suas pretensões de limites, com a liberdade de navegação nos rios Paraguai e Paraná e em evitar que a Argentina lograsse obter toda a região do Chaco. O Tratado de Paz e Limites entre a Argentina e o Paraguai, assinado em 1876, satisfez as pretensões brasileiras. O mesmo ocorreu com a arbitragem norte-americana, anos depois, das disputas territoriais em torno da zona do rio Pilcomayo, decidida pelo presidente Hayes em favor do Paraguai. Assim, desapareceram os interesses imediatos do Brasil no país vizinho, que passou a ocupar plano bem secundário na política externa do Rio de Janeiro.

Entre a década de 1880 e a Era Vargas, o Brasil adotou uma política de resposta na região do Prata, apenas evitando que a Argentina alcançasse grandes vantagens geopolíticas estreitando a união econômica com Assunção. Em nome da integridade e da independência do Paraguai, a diplomacia brasileira criava dificuldades para Buenos Aires e assegurava o respeito às fronteiras estabelecidas pelo Tratado de 1872, firmado entre o Brasil e o Paraguai. Para reiterar esse acordo e resolver as últimas controvérsias fronteiriças, foram assinados o Tratado de 1927 e o Protocolo de Instruções para a Comissão Demarcadora de Limites, de 1930.

Somente em 1941, com a visita de Vargas a Assunção, o país voltou a ser um parceiro importante para o Paraguai. Nesse momento, os dois países firmaram acordos que resultaram na cessão de um porto franco em Santos para a nação guarani e na extensão do Correio Aéreo Nacional até Assunção. Dessa forma, o Brasil ofereceu uma saída para leste aos paraguaios e promoveu a vinculação aérea do Paraguai com o Brasil. Vargas iniciou ainda a cooperação sistemática nos planos do ensino e do treinamento militar, e começou a formular planos para ligações rodoviárias e ferroviárias com o Paraguai. Em 1943, a missão Lourenço Filho colaborou na organização da universidade paraguaia. E, no ano de 1942, foi criada a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, que foi extinta muito tempo depois, em 1994. Por meio desse mecanismo, o Brasil deu assistência às instituições militares paraguaias. Na segunda Presidência de Vargas, com técnica e financiamento brasileiros, construíram-se rodovias entre vários portos paraguaios, ligando-os ao território do Brasil.

O governo Juscelino Kubitschek deu maior impulso às relações com o país vizinho. Em 1956, o Brasil decidiu construir uma ponte sobre o Rio Paraná, a fim de ligar Assunção com o porto de Paranaguá (PR), que se tornara o porto franco para exportação e importação daquele país. Assim surgiu a Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. Juscelino também criou a Missão Cultural do Brasil, que levou professores brasileiros para ajudar os paraguaios a formar sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ao mesmo tempo, Lívio Abramo, artista brasileiro, realizou a retomada da rica tradição guarani de gravura. JK terminou a ligação do Paraguai ao Brasil por estrada de rodagem.

Na década de 1960, contudo, ressurgiu com certa força a discórdia entre os dois países na interpretação do Tratado de Limites, de 1872. A questão girava em torno de um pequeno trecho de terras na área das Sete Quedas. Foi no ano de 1966 que o embaixador do Brasil no Paraguai, Mário Gibson Barbosa, teve a idéia, inédita na história da diplomacia, de “submergir” um conflito, isto é, de colocar debaixo d’água a zona em disputa, tornando patrimônio comum dos dois países, sob a forma de uma usina hidrelétrica: Itaipu. Nesse mesmo ano, a assinatura da Ata das Cataratas criou uma Comissão Técnica Mista para realizar os estudos de viabilidades de exploração dos recursos hídricos da Bacia do Prata e para acordos preferenciais de venda de energia. Apesar das resistências da Argentina, temerosa da influência geopolítica crescente do Brasil no Cone Sul, a maior hidrelétrica do mundo acabou construída, com base no Tratado de Itaipu, assinado em 1973.

A construção da Usina Binacional de Itaipu resolveu duas questões simultaneamente: tranqüilizou o Paraguai em suas contestações fronteiriças e deu ao Brasil conforto energético. Restava o descontentamento argentino, que foi solucionado em 1979, com o Acordo Multilateral Corpus-Itaipu, um tratado tripartite de aproveitamento das águas do Rio Paraná entre Argentina, Brasil e Paraguai. Inaugurada em fins de 1984, a Usina de Itaipu, cuja capacidade geradora é de 12 milhões de KW/hora, costurou de vez Brasil e Paraguai, no sentido de criar interdependência definitiva.

Na década de 1980, outro impulso revigorou as relações entre o Brasil e o Paraguai, além de outros dois vizinhos do mesmo espaço histórico-político do Prata: Argentina e Uruguai. Trata-se do processo de formação do Mercosul, iniciado em 1986. Os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín firmaram uma Ata para a Integração Econômica entre o Brasil e a Argentina, e, em seguida, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre os dois países. Imediatamente, Uruguai e Paraguai aderiram. Assim, em Assunção, ponto central do espaço platino, no ano de 1991, os

quatro países assinaram o Tratado de Assunção, o documento de criação do Mercosul. Pelos acordos do Mercosul, 90% das mercadorias produzidas na região deveriam circular sem nenhuma tarifa de importação.

De um lado, o Mercosul significa uma força de aumento da institucionalização regional. De outro lado, ele também representa o avanço das interdependências entre os países signatários, especialmente nos campos econômico e comercial. Aliás, vale lembrar que foi justamente um paraguaio quem propôs, pela primeira vez, um arranjo como o Mercosul. Em 1882, o chanceler José Segundo Decoud escreveu ao encarregado de Negócios do Brasil em Assunção, Henrique de Barros Cavalcante Lacerda: “O nosso desafio depois desta longa guerra é concretizar uma união comercial das quatro nações”. Especialmente para Uruguai e Paraguai – que é um dos países mais pobres da América Latina –, o Mercosul é instrumento incontornável para eles se lançarem no mundo globalizado. Somente o Brasil possui grandeza territorial, econômica e cultural suficientes para tornar-se, sozinho, um *player* no mundo contemporâneo. Mas nem ao Brasil interessa ver naufragar o Mercosul, porque a Argentina é, para o país, parceiro realmente estratégico.

É preciso reconhecer, no entanto, que as crises econômicas e políticas de Argentina e Brasil dificultaram avanços na consolidação dos mecanismos do Mercosul, especialmente os ligados à resolução de controvérsias comerciais e coordenação de políticas macro-econômicas.

## **2. O cenário atual: disputas em torno de energia e terras**

A construção de Itaipu disparou a instalação de numerosos fazendeiros brasileiros no Paraguai, no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Os chamados *brasiguaios* ocuparam vastas terras nas províncias fronteiriças paraguaias, iniciando a dinâmica lavoura de soja. Em pouco tempo, o Paraguai transformou-se no quarto produtor mundial de soja. A forte presença dos *brasiguaios* alimentou, entre os pobres camponeses e trabalhadores sem-terra guaranis, desconfianças crescentes contra o Brasil. Grupos nacionalistas e populares do país vizinho insistiram em denunciar o imperialismo brasileiro e o entreguismo das autoridades locais.

A hegemonia do Partido Colorado e a própria transformação do Paraguai numa espécie de “emirado da energia hidrelétrica” – exportador de KW/hora para o Brasil e a Argentina – mantiveram as pregações populares mais radicais sob controle. Enquanto

isso, os recursos oriundos de Itaipu, porque foram quase inteiramente embolsados pela cleptocracia colorada, contribuíram pouco para o desenvolvimento do país vizinho.

O inevitável desgaste dos colorados, há 60 anos no poder, finalmente chegou, mudando a situação política no Paraguai nos últimos três anos. A candidatura de Fernando Lugo, da Aliança Patriótica Para a Mudança (uma frente heterogênea de forças políticas, com agrupamentos tanto à esquerda quanto liberais), apoiou-se na mobilização das massas trabalhadoras guaranis, crescendo à medida que vocalizava propostas nacionalistas. Lugo deu sinais de que apoiaria a revisão da presença dos *brasiguaios* e, principalmente, que exigirá mudanças em relação a Itaipu. Os dois assuntos viraram motes da campanha de todos os candidatos, em 2007/2008, embora com matizes distintos. Pesquisa realizada em 2006 pelo jornal *ABC Color*, o mais importante do Paraguai, nada menos que 97% da população do país defendem que Brasil e Argentina paguem mais pela energia comprada das usinas de Itaipu e Yacyretá (parceria entre Paraguai e Argentina). A vitória de Lugo criou uma situação nova: Itaipu é, agora, cavalo de batalha diplomática entre Brasil e Paraguai.

O governo eleito do Paraguai quer: a) majorar o preço da energia vendida ao Brasil, tomando por base preços de mercado; b) retirar a cláusula preferencial de venda dos excedentes de energia para o Brasil e; c) aumentar efetivamente o peso paraguaio na gestão de Itaipu Binacional. A Presidência e a Chancelaria paraguaias utilizarão a dependência brasileira de Itaipu para obter vantagens econômicas e políticas. Por sua vez, o Brasil terá que ouvir as pretensões paraguaias e negociar, ainda que insista em não abrir mão do Tratado de Itaipu. A razão para isso é simples: a usina de Itaipu fornece 20 a 25% da energia elétrica utilizada no Brasil, índice que sobe muito quando se trata da Região Sudeste, a mais industrializada e populosa do Brasil. A adoção de posições e atitudes menos radicais por ambos os lados oferecerá o potencial de um resultado diplomático mais positivo.

Para atuar com pragmatismo, realismo e serenidade, o governo brasileiro terá que superar uma disposição equivocada em relação ao Paraguai, bastante enraizada nas esquerdas brasileiras. Disposição baseada em simplificações que até pouco tempo eram correntes nos livros de história adotados nas escolas brasileiras. O Paraguai era visto como um país antiimperialista que lutava contra os interesses da Inglaterra, e o Brasil como um “intermediário” dos interesses ingleses. O Paraguai seria socialmente desenvolvido, com traços socialistas, distinguindo-se completamente de seus vizinhos. Justamente por incomodar os ingleses, teria sido invadido e destruído pelas tropas da

Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai). Essa visão distorcida do processo histórico de formação e consolidação dos Estados Nacionais no Prato, já muito criticada pela historiografia recente, tende a fazer do Paraguai o bom mocinho, pobre e explorado pelo gigante Brasil, a quem caberia, por justiça, reparações históricas generosas. Se o governo brasileiro chegar às negociações dominado por essa visão da história, terá dificuldades para defender os interesses do país diante das pretensões paraguaias.

A Presidência e a Chancelaria brasileiras deverão entabular conversações com Assunção evitando os remorsos de parte a parte, porque nem os paraguaios nem os brasileiros de hoje são responsáveis pelos acertos ou pelos erros de seus antepassados. A responsabilidade de ambos é com a história que estão fazendo.

### **3. O encaminhamento das tensões: há papel decisivo a ser desempenhado pelo Direito Internacional?**

Isto posto, pode-se examinar mais detalhadamente os termos da controvérsia que já opõe os governos do Brasil e do Paraguai no que se refere à Usina de Itaipu. O Tratado de Itaipu estabeleceu que cada sócio teria 50% de toda energia produzida. Pelo fato de o Paraguai utilizar somente 5% de toda produção da hidrelétrica, a quantidade de restante é repassada ao Brasil, que fica, portanto, com 95% de toda eletricidade gerada por Itaipu. Essas sobras de energia paraguais devem ser vendidas preferencialmente ao Brasil, conforme o Tratado.

Ainda com base no Tratado, que reconheceu as assimetrias entre os sócios, a energia que é de direito do Brasil custa 18 dólares o KW/hora, enquanto a energia excedente que o país compra do Paraguai custa 32 dólares o KW/hora – o que significa uma poupança permanente para a República guarani. Todavia, para fazer face à dívida que o Paraguai tem com o Brasil decorrente dos investimentos necessários para a construção da usina (que o Brasil bancou sozinho), parcela enorme do valor do KW/hora paraguaio fica retida, visando o abatimento dessa dívida e despesas de operação da usina. Em termos anuais, segundo a direção de Itaipu, o Paraguai recebe pela energia vendida ao Brasil 550 milhões de dólares. A assessoria de Fernando Lugo contesta a cifra, dizendo que seriam somente 350 milhões anuais. O que deseja o presidente eleito paraguaio é receber, no mínimo, 2 bilhões de dólares, chegando a ameaçar levar a questão para o Tribunal de Haia (o que não está previsto no Tratado de Itaipu). A pretensão está ancorada numa convenção firmada pelos dois países em 1966, pela qual o Brasil deve pagar um preço “justo” pela energia. Além disso, o novo presidente paraguaio pleiteia

mais transparência no controle das contas e uma efetiva binacionalidade, contestando o fato de que, desde o início de Itaipu, as direções técnica e financeira são ocupadas somente pelo Brasil.

Juridicamente, há dois pontos a salientar. Primeiro: o Brasil poderia se recusar a modificar o Tratado ou simplesmente poderia fazer valer seus termos até a data prevista de revisão, em 2023. Segundo: acordos de preços podem ser feitos sem alterar os termos do Tratado. No âmbito do Mercosul, que é união aduaneira imperfeita, os mecanismos de solução de controvérsias ainda são frágeis, como mostrou, recentemente, o *imbróglio* das *papeleras* envolvendo Argentina e Uruguai. O *Parlasur* (Parlamento do Mercosul) é incipiente e se está longe de criar um Tribunal supranacional. Não há, até o momento, órgão permanente de solução de controvérsias, embora esse mecanismo esteja previsto no Anexo III do Tratado de Assunção e, principalmente, no Protocolo de Brasília, assinado em 1991. Por esse Protocolo, o processo de solução de controvérsias entre Estados-membros do Mercosul determina, inicialmente, negociações diretas, diplomáticas, e, posteriormente, intervenção do Grupo Mercado Comum, responsável pela formulação de recomendações não obrigatórias até, finalmente, chegar à arbitragem. Então, como agir diante das pretensões paraguaias?

As decisões de política externa do governo brasileiro devem ser orientadas pelos interesses concretos do Estado e do povo. No caso em tela, o governo começou mal ao negociar pelos jornais, antes mesmo do início de negociações formais. E também se precipitou ao ceder imediatamente na questão do preço, desautorizando as opiniões técnicas manifestadas pelo Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, Empresa de Planejamento Energético e Direção de Itaipu Binacional.

Na verdade, como é do interesse do Brasil ver seus vizinhos geográficos se desenvolverem, a cooperação e a negociação são chaves. A carta da revisão dos preços da energia de Itaipu poderá ser jogada, e é sensato que ela seja, de fato, colocada sobre a mesa no momento certo. Até porque, no curto prazo, o problema dos *brasiguaios* poderá ser agravado caso uma posição arrogante e intransigente amplie a percepção do Brasil como país colonizador entre os paraguaios. Um dinheiro a mais para o governo Lugo garantirá sua popularidade entre os paraguaios e gratidão. Mas, sem dúvida, outras iniciativas precisarão ser postas em práticas para garantir sustentação ao processo de desenvolvimento paraguaio. A própria história das relações entre os dois países, sobretudo das iniciativas e projetos de Vargas e JK, indicam a boa direção de encaminhamento da questão de Itaipu.

O poder regional brasileiro, à medida que cresce sem rivais, gera pressões dos vizinhos. Esses passam a querer mais. O Brasil terá que fazer agrados, criar sinergias, aumentar a cooperação, ajudá-los na modernização de suas economias e sociedades, tendo em vista a integração sul-americana.

#### **4. Poder regional brasileiro e sua projeção na América do Sul**

E já que se falou do poder nacional brasileiro, convém aproveitar o momento para fazer umas poucas considerações gerais. Naturalmente, o espaço da América do Sul é, por excelência, o campo de influência e de projeção do Brasil. Os próprios vizinhos admitem, embora com certo travo, que o país é o líder do continente. Condição que deriva da extensão territorial, da riqueza de recursos naturais, da demografia, da pujança e diversificação econômica, do gigantismo do mercado nacional, da força da cultura e da criatividade nacional. Do líder, todavia, se espera que lidere. Liderança que exige projeção de poder, *soft power* e *hard power*, como costumam dizer os teóricos norte-americanos. Não se é líder sem atributos de poder suficientes para exercer a liderança.

No plano do *soft power*, o Brasil adquiriu trajetória bastante consistente nas últimas décadas, especialmente a partir da retomada da estabilidade econômica. Institucionalmente, o país está à frente de todos os países da América do Sul, exceto o Chile. O Brasil consolidou-se como país democrático e moderado no cenário internacional, transformando-se em interlocutor de destaque crescente em diversos debates mundiais. Por outro lado, a internacionalização de grandes empresas brasileiras é fato promissor, que leva o país a construir parcerias e marcar presença nas nações vizinhas com investimentos e unidades produtivas. Esse processo tenderá a produzir maior interdependência entre os sul-americanos, reduzindo o apelo de posições nacionalistas radicais no seio das sociedades nacionais.

Todavia, no que se refere ao chamado *hard power*, que está associado à capacidade militar de um país, capacidade essa que pode ser colocada a serviço da defesa nacional e da garantia da atenção pelas demais nações dos interesses brasileiros, a situação não é das melhores. Isto constitui um problema que deverá ser enfrentado rapidamente, na medida em que a política externa guarda estreita conexão com a política de defesa. Ora, o Brasil parece patinar, há décadas, desde o fim do ciclo do autoritarismo militar, no terreno da formulação de política de defesa nacional adequada à sua condição de *monster country* e de Estado Democrático de Direito. A discussão sobre os riscos militares que o Brasil corre é tímida e restrita a círculos fechados de especialistas. Ainda

não ganhou a rua a preocupação com o que fazer para o país se proteger de atos hostis (econômico-financeiros, tecnológicos, políticos e até militares) praticados por outras potências e/ou países vizinhos. De modo que pouca gravidade é percebida no fato de que o Brasil dispõe de meios para dissuadir agressões nitidamente inferiores ao mínimo satisfatório. O sistema de defesa nacional apresenta deficiências críticas, o que não condiz com a condição de líder sul-americano.

A “musculatura” do líder sul-americano precisa ter certo poder de *punch* e estar devidamente adestrada. Não pode ser inferior, por exemplo, a de países deste hemisfério, como Cuba ou Venezuela, cujas economias são bem menores do que a brasileira. Por isso, urge o Brasil caminhar a passos mais velozes na direção de dois objetivos articulados: a profissionalização das Forças Armadas e o investimento em equipamentos bélicos capazes de incrementar a defesa aero-naval do país. Em termos territoriais, o fundamental é ocupar posições estratégicas nas imensas áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, com o objetivo de ampliar o controle do acesso indevido ao território nacional. Não se trata de reivindicar a posição de *gendarme* do continente, nem de usar o poderio militar como aríete para aventuras imperialistas, como faz a águia americana. Mas a onça brasileira, além de rugir, precisa mostrar garras e dentes afiados.

No que se refere à fronteira com o Paraguai, existem três problemas delicados de segurança, para os quais o Brasil não está suficientemente preparado. Os problemas são: a) avanço do contrabando; b) ação de traficantes de drogas e armas e; c) terrorismo na Tríplice Fronteira. O eficiente controle fronteiriço requer aparatos militares, policiais e de fiscalização aduaneira bem dimensionados e treinados. A construção desses aparatos, por sua vez, tenderá a dissuadir agressões contra o Brasil e, caso elas ocorram, possibilitará repeli-las exitosamente.

A tradição pacífica e a ênfase na diplomacia que caracterizam o Brasil são bons trunfos na relação do país com os vizinhos e os Estados do Norte. Nesses pilares, e na cláusula democrática do Mercosul e da OEA (Organização dos Estados Americanos), estão assentadas as ações da política externa brasileira. Mas a isso tudo deverá se juntar capacidade militar correspondente ao nível nacional de desenvolvimento, porque, ainda que significativamente reduzido, não é nulo o risco de que o Brasil seja envolvido no transbordamento de conflitos militares nas fronteiras ou mesmo agredido por grandes potências.

O que há de mais positivo no episódio em torno da eleição de Fernando Lugo e da controvérsia sobre Itaipu é fazer o cidadão brasileiro bem informado refletir sobre os

temas de política externa, o que implica pensar sobre o lugar que se deseja ver o Brasil ocupar nesse mundo cada vez mais interdependente, complexo, tenso e, infelizmente, violento e desigual.

### **Referências Bibliográficas**

COSTA E SILVA, Alberto da. Da Guerra ao Mercosul: evolução das relações diplomáticas Brasil-Paraguai. MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai*. 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, alternativas e saídas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Conflito e integração na América do Sul – Brasil, Argentina e Estados Unidos (da Tríplice Aliança ao Mercosul) – 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OLIC, Nelson Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1995.

RIBEIRO, Patrícia Henriques. *As relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno: conflito entre o ordenamento brasileiro e normas do Mercosul*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.